

▶ 25 ANOS

Luta Antimanicomial enfrenta desafios

A Luta Antimanicomial, considerada hoje como o mais importante movimento social pela reforma psiquiátrica e pela extinção dos manicômios completou, em 2012, 25 anos de desafios no país, tendo seu dia nacional o 18 de maio, com programações comemorativas que envolvem o mês todo nas regiões brasileiras. A Luta Antimanicomial ganhou força a partir dos avanços da Reforma Sanitária, consagrados na Constituição de 1988, dos adventos do SUS, com a lei nº 8.080, de 1990, e com os avanços internacionais prescritos na Organização Mundial da Saúde e na Carta da ONU de 1991. O movimento, nesse momento, deixou claro à sociedade que não bastava humanizar os hospícios, melhorar o ambiente manicomial ou ampliar o número de profissionais dessas instituições.

A aprovação da lei nº 10.216, de Paulo Delgado, sancionada em 2001, hoje, com doze anos de vigência, escolhendo o caminho da reforma psiquiátrica, que obriga o Estado a consolidar uma mudança do modelo assistencial para garantir o acesso de todos ao tratamento. A Política Nacional de Saúde Mental é coerente com os princípios constitucionais e da legislação do SUS: de uma atenção integral à saúde, de acesso universal, de base territorial, com equidade, participação e controle social. Ela se baseia na rede de atenção psicossocial, tendo como base os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), as residências terapêuticas, as comunidades terapêuticas, os leitos psiquiátricos em hospitais especializados e gerais, ações de prevenção e promoção de saúde mental.

Manicômio é um termo genérico usado para classificar hospícios, asilos, hospitais psiquiátricos e demais lugares de tratamento da doença mental que se valem do princípio do isolamento do considerado louco da sociedade. O ambiente do manicômio é um lugar onde os internados perdem todas as suas referências de vida, sendo excluídos do convívio familiar, do trabalho, do local onde moram, da cidade. Perdem portanto, a maior garantia que a sociedade moderna pretende dar a todos a cidadania. Entende-se que os manicômios são serviços incapazes de oferecer um



Mario A. Moro

▶ SEMINÁRIO

Seminário da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos teve grande número de participantes

Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos é lançada

O auditório da sede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), na rua Arruda Alvin, nº89, ficou pequeno diante do grande número de participantes presentes no dia 8 de novembro, durante o seminário de lançamento da Frente de Drogas e Direitos Humanos de São Paulo. Mais de 250 pessoas

lotaram o espaço. Representantes intersetoriais de movimentos sociais, fóruns, associações e organizações ligadas a direitos humanos, saúde, estudantil, moradores de rua, Luta Antimanicomial, Cedeca Interlagos. A Frente Antimanicomial esteve presente, ou acompanhou pela internet, através do site do CRP-SP,

tratamento humanizado e cumprir com o papel terapêutico, devido usar como base o tratamento de isolamento. Eles caminham inevitavelmente para o fim, devido seu caráter arcaico de instituição fundada há mais de 300 anos para responder a outras demandas sociais. Sua persistência está muito mais relacionada ao fator econômico, do que ao valor terapêutico ou social. A partir da década de 70, a internação

em hospícios e asilos manicomiais passou a ser questionada no Brasil, com o surgimento do movimento da Reforma Psiquiátrica, presente principalmente nas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. No início da década de 80, transformou-se no movimento de luta antimanicomial, considerado ainda hoje como o mais importante movimento social pela reforma psiqui-

com perguntas que foram lidas e respondidas.

O CRP SP integra a lista de instituições da Frente Antimanicomial de SP e também da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos (FNDDH). Para a psicóloga e conselheira do CRP SP, Marília Capponi, uma das principais preocupações da Frente está relacionada às tentativas de internação compulsória de usuários de crack. “Devem ser adotadas medidas que se baseiem no respeito e no atendimento completo ao usuário, com soluções de moradia, trabalho e retomada de vínculos familiares. Queremos outra perspectiva, não essa de internações em massa”, afirma.

Em entrevista ao jornal VOZES, a promotora legal, Daniela Skromov participou de uma das mesas representando a Defensoria Pública, ao deixar sua avaliação do lançamento da frente de Drogas e Direitos Humanos em São Paulo destacou: “Avalio como uma iniciativa muito importante, porque não se pode resolver uma questão desta sozinha e a idéia é estimular o debate e juntar forças de vários setores da sociedade.

Na realidade, somente através do debate público e das reivindicações é que vamos conseguir mudar alguma situação, ainda mais numa matéria desta, com um tema tão complexo, polêmico e cheio de preconceitos. Acredito, então, que a maior importância de agora seja trabalhar e arregaçar as mangas. Espero que isto frutifique ao longo do ano”.

Mario A. Moro
Marcelo Melinsky de Moraes

átrica e pela extinção dos manicômios. Entre seus destaques atuais A Luta Antimanicomial com sua mobilização em Brasília, em 2009, com Marcha dos Usuários Pela Reforma Psiquiátrica teve destaque muito importante para realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, ocorrida em 2010.

Mario A. Moro